

O ENSINO INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS SOCIAIS*

Apresentação

Boa tarde a todos! Essa é a nossa segunda tentativa de construir uma reflexão em comum sobre a natureza do trabalho no doutorado das ciências sociais que é um trabalho interdisciplinar.

Tivemos um primeiro debate no mês de abril onde participaram os professores Juarez Brandão Lopes, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Roberto Cardoso de Oliveira, vários aqui presentes participaram e o debate foi publicado no caderno Primeira Versão número 105. É um documento histórico. Todos os debatedores convidados tiveram um papel importante no começo do doutorado. Eu recomendo a leitura do texto – está à venda na livraria do setor das publicações.

O evento de hoje à tarde também está sendo gravado e será editado num outro caderno e assim deve alimentar a reflexão de nossa comunidade. O evento está sendo promovido pelo Conselho do Doutorado, o tema foi ventilado pela primeira vez em novembro do ano passado e o Conselho foi unânime em dizer que a discussão do tema era desejável para ajudar a pensar a reforma do doutorado.

Eu vou apresentar os integrantes da mesa: à minha extrema esquerda está Maria Lígia Barbosa, foi professora da UFMG onde tra-

* Debate realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP em 14 de agosto de 2002. As transcrições foram corrigidas pelos debatedores.

balhamos juntos. Atualmente é professora da UFRJ e também representante na CAPES, ou seja, na comissão que avalia nosso doutorado. Ela começou na sociologia das profissões e agora virou especialista em avaliação de educação.

Em seguida, Ricardo Abramovay, que é professor titular na Faculdade de Economia e Administração da USP. Ele defendeu sua premiada tese aqui na área de agricultura, área que hoje em dia se chama 'Processos Sociais, Identidades e Representações no Mundo Rural', ou seja, numa área que ao longo do tempo se transformou e hoje busca contextualizar o mundo rural na transformação social e intelectual contemporânea.

Em seguida, à minha direita está a professora Leila Ferreira, antiga coordenadora do programa, atual coordenadora da recém revitalizada área que estuda o meio ambiente – 'Mudanças Sociais: questões em ambiente e tecnologia'. Nosso doutorado é estruturado em 10 áreas temáticas. Leila trabalha sobre políticas ambientais e sociologia ambiental.

Em seguida, Rita Morelli, do Departamento de Antropologia e vice-diretora de nosso Instituto, atua na área de 'Cultura e Política'.

Finalmente, Rachel Meneguello que coordena a área de 'Cultura e Política'. É professora do Departamento de Ciência Política. Trabalha com partidos políticos de um lado e, com questões ligadas à metodologia de pesquisa, do outro.

Passo o microfone para a Maria Lígia. Pedi aos integrantes para falarem durante 15 a 20 minutos para que haja tempo para a discussão.

Tom Dwyer

Coordenador do Doutorado em Ciências Sociais
IFCH/UNICAMP

MARIA LÍGIA DE OLIVEIRA BARBOSA

RICARDO ABRAMOVAY

LEILA DA COSTA FERREIRA

RITA LAHOZ MORELLI

RACHEL MENEGUELLO

TOM DWYER

MARIA LÍGIA: Boa tarde! Em primeiro lugar eu queria agradecer ao programa e ao Tom, especialmente, pelo convite para estar aqui. É sempre uma alegria enorme voltar a Unicamp... e é uma possibilidade de refletir sobre a minha experiência aqui.

Eu queria dizer uma coisa antes de começar. Apesar da discussão ser sobre a questão da interdisciplinaridade, eu preciso dar um aviso que é importante antes. A minha leitura é muito sociológica, tanto da experiência aqui quanto do trabalho, da minha experiência seja na UFMG, onde eu coordenei o mestrado e o doutorado e agora na UFRJ que eu estou coordenando o programa também. É uma leitura bastante marcada pela sociologia. Esse é um aviso que eu acho importante de ser dado para iniciar.

Ontem, conversando a respeito dessa nossa discussão com o Tom, pensei que seria interessante dizer o seguinte: a área de sociologia parece ser a campeã absoluta de interdisciplinaridade na CAPES. Atualmente, a gente está com... eu acho que estamos chegando aos quarenta programas, e parece que quase metade deles são de caráter interdisciplinar. As outras áreas, seja ciência política, seja antropologia, que são as que conheço mais de perto, evitam de forma bastante forte essa, digamos, mistura que acontece na área de sociologia. Aí

tem desde programas de pós-graduação só sociologia até programas sobre políticas públicas, que incluem inúmeros campos disciplinares. Eu acho engraçado que o programa de políticas públicas da Universidade Federal do Ceará seja do comitê de sociologia, não do comitê de ciência política. E acho que é uma coisa legal, o escopo do programa tem muito a ver com a sociologia. Não estou brigando com isso não, mas só estou chamando atenção que isso é uma característica, essa interdisciplinaridade dos programas é uma característica da área de sociologia. Os nossos colegas da área de humanas não são tão ligados nesse tipo de perspectiva. Uma das razões que eu acho que isso acontece, e que não sei se é uma boa razão, é um pouco pela fluidez da identidade profissional dos sociólogos.

Eu acho que especialmente no Brasil – porque não é o caso fora do Brasil, isso não acontece da mesma forma lá fora – mas quando a gente compara com a antropologia ou com a ciência política, mais na antropologia do que na ciência política, fica muito claro que nós temos um problema grave na área, porque não existe qualquer consenso, ou pelo menos um consenso mínimo, sobre, digamos... eu não digo paradigmas específicos que deveriam ser usados ou não, mas sobre qual tipo de paradigma que poderia, seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista metodológico, que tipo de coisa você pode incluir como sendo uma questão propriamente sociológica. Eu vejo isso muitas vezes na diversidade de propostas que aparecem entre estudantes para apresentarem como projeto de tese ou de dissertação nos programas de sociologia. Mesmo que seja, como em Minas Gerais, o programa, o doutorado em sociologia e política, e o mestrado era sociologia e antropologia. E na UFRJ, o programa tanto de mestrado quanto de doutorado é junto, sociologia e antropologia.

Quando a gente toma as propostas dos alunos, elas são extremamente diversificadas e uma das coisas mais difíceis que tem é a gente conseguir construir com aquele aluno um olhar propriamente

sociológico para lidar com aquele problema. E acho que isso tem a ver, em parte, com essa dificuldade que nós temos, no caso da sociologia brasileira, de estabelecer padrões científicos para o julgamento do trabalho profissional. Isso é uma coisa muito complicada, e agora trabalhando no comitê da CAPES, que a gente faz o julgamento dos programas, isso fica totalmente claro. Na hora da gente fazer a listagem dos periódicos, notamos que sociólogo publica em cada coisa tão esquisita que, eu não vou nem contar quais são as esquisitas porque senão eu entrego o ouro, pode ter alguém que publicou aqui e vai ficar bravo comigo..

ANON: *Playboy*.

MARIA LÍGIA: Se fosse só a *Playboy* era bom, mas é cada coisa! Há uma dificuldade enorme de dizer o que é propriamente o trabalho sociológico. E muitas vezes eu vejo os meninos – no caso da UFRJ, mesmo para o mestrado o estudante precisa apresentar um rascunho de projeto, um trabalho que ele pretenda desenvolver – e aí aparecem coisas interessantíssimas mas que não tem absolutamente nada a ver com uma pergunta sociológica que se pudesse fazer, nem antropológica. É porque é realmente uma coisa mais complicada.

Agora, isso gera várias dúvidas na minha cabeça. Claro que não tem especificamente a ver, mas gera várias dúvidas sobre a questão da interdisciplinaridade. E por quê gera? Porque, na verdade, a minha experiência aqui foi ótima. Eu gostei e acho... não só gostei do ponto de vista estético, digamos assim, mas do ponto de vista objetivo, eu aprendi imensamente aqui com um programa desse tipo. Eu tenho que contar uns segredos que explicam um pouco isso. Eu fiz uma graduação em Ciências Sociais e como todos os que eu conheço, são bastante... digamos, deixam bastante a desejar em termos de uma formação teórica e uma formação em prática de pesquisa. Isso tem melhorado

enormemente. Os programas todos de bolsa de Iniciação Científica são uma coisa de gênio que aumenta bastante, melhora bastante o trabalho, mas ainda deixa a desejar. E depois, eu caí na besteira e fui fazer o mestrado em Educação, onde eu não aprendi uma linha de sociologia. Na época, só se estudava economia no mestrado, nada contra economia, mas só se estudava economia e educação, muito pouco dessa última. Tom disse que estou mexendo com avaliação educacional, é verdade, porque realmente é uma das áreas de maior maleabilidade e possibilidade de trabalho sociológico. Cheguei aqui se saber quase nada de teoria social. O Tom participou da minha banca de seleção. Ele não deve lembrar disso, mas eu estava lá e achei: “estou perdida!”, porque o Tom me perguntou: “Mas você não leu o livro do Daniel Bell falando isso?”. Eu não tinha lido nada de sociologia, nada absolutamente. E saí falando bobagem pelo mundo. Realmente eu tinha uma carência de formação teórica em sociologia muito grande. E eu aprendi sociologia aqui, inegavelmente.

O que aconteceu? Eu cheguei aqui, eu não sei se foi o primeiro ou segundo ano, a turma de 86 acho que foi o segundo ano, em que teve a experiência dos seminários interdisciplinares. O primeiro foi dirigido pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira e o segundo pelo professor Vilmar Faria. E foi uma maravilha! É claro que inicialmente eu tive uma dificuldade de entender o que estava rolando. Eu estava achando que eu vinha para a aula normalmente, de repente percebi que era uma outra coisa que estava acontecendo. Nós tivemos uma série de seminários em que as pessoas mais brilhantes e competentes nas diversas áreas... foram dois seminários em cada uma das áreas que compunham o doutorado, inclusive demografia. Eu aprendi coisas utilíssimas. Eu não fazia a menor idéia que demografia fosse uma coisa importante ou interessante, e aprendi a apreciar e ver muito. Mas o que aconteceu? Na verdade, nesse seminário e eu não sei como ele funcionou depois, então eu estou falando exclusivamente da experiên-

cia da turma de 86, e imagino que vários de meus colegas compartilhariam essa perspectiva. O seminário ficou uma belíssima história das idéias de cada área no Brasil. História do Pensamento, está certo? Eu não estava aprendendo teoria sociológica ou ninguém estava aprendendo teoria antropológica, teoria demográfica. Não era isso. Os seminários funcionavam como um lugar onde os profissionais das áreas específicas iam contar as suas experiências, seus trabalhos, como é que faziam, como é que era. O que foi uma coisa muito interessante, muito rica, mas que não era um curso de teoria que era uma coisa que me preocupava particularmente.

Na verdade, eu fui aprender diretamente a questão da teoria, trabalhar com um pouco de teoria no curso do professor Sérgio Miceli, que na verdade era um curso de Bourdieu e seus companheiros. Mas foi um curso de teoria. Foi muito bom, pois realmente se discutiu um pouco sobre teoria sociológica, e formação teórica. E um curso do professor André Villalobos junto com o professor Plínio Dientzen, que também era um pouco, era uma discussão da produção brasileira na área de sociologia. Foi muito bom também esse curso.

Alguns dos conferencistas que participaram do seminário trouxeram contribuições muito interessantes em termos de pensar a teoria. Mas, realmente, eram contribuições pontuais que a gente não tinha como trabalhar diretamente. Então, aqui eu colocaria um problema inicial. Que é o seguinte: como é que se forma adequadamente, dentro das tradições disciplinares? Porque eu diria o seguinte: mesmo o seminário que foi dirigido pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira era diferente do que foi dirigido pelo Vilmar. O formato dos seminários era diferente. Foram ótimos os dois. Mas fica aquela dúvida: como é que se forma adequadamente? Eu acredito que seja preciso formar bem, dentro das tradições disciplinares. E aí o programa interdisciplinar gera esse problema. Porque fazer isso no doutorado demanda uma formação prévia de muito boa qualidade que eu não sei se nossas gra-

duações e mesmo os nossos mestrados estão dando conta de fazer. Acho que os mestrados certamente avançam bastante, mas ainda ficam a dever. Ainda falta uma formação disciplinar sólida.

Agora, também fora dos seminários acho que houve três momentos, três coisas que foram importantes no sentido de ter uma interdisciplinaridade funcionando efetivamente. Uma foi o curso do prof. Juarez Brandão Lopes junto com o Tom e a Leda Gitahy que foi ótimo porque apesar de ser predominantemente sociológico, tinha diferenças de perspectiva e foi um curso muito rico e realmente permitia inclusive uma discussão dos trabalhos de pesquisa que a gente já tivesse feito e que os professores estavam fazendo na época e que era uma coisa realmente boa, foi um ponto forte, foi um momento muito bom no curso. Uma outra coisa foi a seguinte: por vários acidentes de percurso eu acabei participando de uma pesquisa que também tinha a participação de todos os professores da área que na época se chamava "Estrutura Social Brasileira". Eu não sei se ainda existe essa área, mas na época... Eu não sei se ele era o coordenador direto mas era a pessoa mais presente, que era o Plínio e que estava fazendo uma pesquisa sobre a questão das ocupações, a evolução do tratamento das ocupações. E dentro dessa pesquisa nós fizemos vários seminários e aí particularmente o pessoal da economia e o pessoal da demografia deu contribuições de muita importância para a gente compreender aquele objeto que a gente estava tratando, para conseguir adequar o pensamento, a variedade de coisas que uma pesquisa efetivamente coloca para a gente. E finalmente eu acho que uma outra coisa interdisciplinar muito interessante mas que ficou muito, digamos, rala ainda, que é a convivência com colegas de outras áreas. Como o doutorado congregava todas essas áreas a gente discutia os projetos de todos os colegas. Eu não sei se foi bom para cada um, pra mim foi, mas para cada um dos colegas... Mas para se aprender a trabalhar assim foi muito interessante.

Para finalizar, eu acho que essa experiência coloca um outro tipo de problema que nem sempre as experiências de interdisciplinaridade ou os participantes dessas experiências estão muito dispostos a discutir, que é uma coisa que eu tenho dúvidas, mas que não são muitas: se é possível fazer um trabalho interdisciplinar sem ser sobre o domínio de uma disciplina. Como é possível um trabalho interdisciplinar em que você não tenha uma disciplina que defina a estrutura e organize os problemas, e organize as propostas metodológicas e teóricas, os conceitos e o trabalho que vai ser feito nessa área. Eu acho que isso é um problema. Por quê? Porque fica na dúvida o seguinte: tem o problema das identidades profissionais diferenciadas, que ainda que frouxamente amarradas, elas permanecem ali naquele trabalho. E na hora de você definir um objeto, o olhar que o sociólogo tem é diferente do olhar do antropólogo ou do cientista político, menos porque vários dos cientistas políticos se consideram sociólogos. Mas uma aluna minha, outro dia, da graduação estava brigando dizendo que ela vai ser antropóloga, porque ela acha que a sociologia qualifica muito as coisas, no sentido de que fica do lado dos dominantes. Aí eu falei: “— Mas desde quando, se eu tento desvendar os mecanismos de dominação, isso quer dizer que eu estou do lado dos dominantes? — Não, mas você fala como se os dominantes fossem melhores! — Não, eu só disse que eles deram conta de ser dominantes e que os outros ainda não deram, eu estou tentando achar o contrário!”.

ANON: Se for assim Bourdieu não é sociólogo!

MARIA LÍGIA: Exato! Mas aí ela falou assim: “Por isso que eu vou ser antropóloga.” Eu falei: “Não! Você vai fazer a mesma coisa, só que talvez você não vá desconfiar que está fazendo.” Mas isso é só uma provocação.

Esses olhares diferenciados tornam difícil você dizer que uma pergunta ou um objeto que você esteja tratando, possa ser tratado interdisciplinarmente. Ele pode estar sendo sob vários ângulos, mas até onde eu vejo, a minha experiência, eu trabalho direto com o pessoal da educação, com o pessoal da economia e um pouco de demografia. E, realmente, quando são sociólogos que.... só para vocês terem uma idéia, um projeto que a gente está avaliando a pós-graduação no Brasil, ele é coordenado por um economista, que é uma pessoa ótima, eu adoro trabalhar com ele, mas tem certas perguntas que nós sociólogos da pesquisa queremos fazer e que ele não deixa entrar, porque ele acha que não é relevante. A definição do objeto que ele tem não permite que entre, por exemplo, pergunta sobre raça ou religião dos estudantes, por exemplo, ele acha que não é relevante isso, e como cada pergunta extra custa um pouco mais.

RICARDO ABRAMOVAY: ou seja, ele é um economista que não leu Amartya Sen.

MARIA LÍGIA: Provavelmente!

ANON: Se ele tivesse lido Amartya Sen, ele não diria isso.

MARIA LÍGIA: Mas ele, espera aí, deixa eu defender um pouco aqui. Em parte, a coisa da religião eu não sei, mas pelo menos a coisa de raça nós conseguimos introduzir no questionário. E realmente não fez diferença. Na pós-graduação a seleção já foi tão feita que quase não tem negros na pós-graduação brasileira. Na sociologia tem, nas ciências sociais tem, se você vai para medicina, engenharia, física, química, matemática, e tal, economia nunca. Então, realmente algumas dessas perguntas sociológicas não faziam sentido para eles. Mas eu estou chamando atenção para o fato de que o objeto é desenhado de forma

diferente, então a interdisciplinaridade fica complicada. E para finalizar, que o Tom já me avisou que eu devo ter passado já meus cinco minutos. Ah! Tem um pontinho ainda antes de finalizar. O problema é o seguinte: que isso é, conversando com os alunos da pós-graduação lá na UFMG, é um programa de sociologia e política e que durante dois anos é um coordenador da política, dois anos é um coordenador da sociologia. E aí tem dois tipos de reclamação: um na época do exame de qualificação, porque ele foi definido como sendo um exame que você tem que mostrar maestria na área de sociologia e de política. Então, segundo os alunos, nós estamos pedindo que eles falem de Deus e seu tempo. É impossível responder. Então, tem esse tipo de reclamação, já entraram na justiça. Quando eu era coordenadora entram na justiça contra mim para não fazer o exame de qualificação. Ele perdeu só porque o regulamento do doutorado previa, senão ele teria ganho. É uma coisa muito maluca.

Agora tem um outro que é o seguinte: o problema do domínio institucional. Eu estava falando de domínio de conteúdo, que é essa discussão dos objetos, mas tem o problema do domínio institucional também que é importante. Aí o que acontecia? Quando era a política que estava coordenando você tinha aquele monte de disciplina que era mais na área de política, as disciplinas optativas. Aí os alunos diziam: "Ah! Agora nós da sociologia estamos perdidos porque ninguém lembra de botar nossas áreas e tal". Então, tem também essa questão que, até onde eu entendo, e eu vou concluindo, aqui na Unicamp a experiência parece... (e na Unicamp eu vejo como aluna, isso é uma observação importante, nos outros dois eu era professora e fui administradora da coisa lá, e aqui como aluna) mas aqui me parece que a coisa foi muito bem resolvida, mas ainda assim eu acho que tem certos cuidados que precisam ser tomados. Não é que não foram tomados, mas que a minha experiência mostrou que eles permanecem como uma questão a ser vista: que é o equilíbrio entre a identidade profissional bem estruturada e a

convivência com os diferentes olhares que é uma coisa muito delicada e complexa. Tanto do ponto de vista da convivência de diferentes tradições científicas, quanto das relações institucionais. Óbvio que aqui eu fiquei mais preocupada com a questão das tradições científicas.

Talvez essa minha perspectiva seja excessivamente sociológica, ou mesmo conservadora, eu já passei da idade de ligar para isso, mas a preocupação maior aqui é que eu imagino que essas experiências de interdisciplinaridade precisam levar em consideração o fato de que existe uma fraqueza muito grande na formação da identidade profissional e que eu acho que não é só dos sociólogos. Dos outros profissionais em várias áreas nós não temos, na área das ciências humanas, uma coisa tão definida, tão claramente definida. A gente não pode deixar de pensar também se esse problema deve ser corrigido ou não no doutorado. Talvez o investimento maior no fortalecimento dessa identidade fosse na graduação e no mestrado, para que no doutorado essas experiências, que são tão ricas, pudessem funcionar de uma forma mais firme. E sem problemas com a CAPES, inclusive. É isso!

RICARDO ABRAMOVAY: Boa tarde! Fico muito honrado e grato pelo convite.

Defendi meu doutorado na Unicamp em dezembro de 1990, e tive o privilégio de contar com professores de cujos trabalhos eu me embebi e que exerceram uma influência imensa sobre mim e sobre a minha turma. Lembrem-se que nós estávamos fazendo o nosso curso em 1988-89, quando caiu o Muro. Todo mundo era meio marxista naquela época. Para o pessoal mais jovem da platéia, mesmo quem é de esquerda, vocês não foram formados nesta tradição, não têm esse peso, essa responsabilidade, essa carga que o marxismo representou para a minha geração.

O seminário teórico-metodológico animado pelo Vilmar e pelo Juarez era um momento de reflexão de riqueza impressionante. Era

uma turma de umas dez pessoas que esperava com ansiedade o momento de reunir-se no carro para vir a Campinas. Era entrar no carro e já começava aquela “pauleira” a partir das leituras dos textos e das aulas. Juarez, Vilmar, Roberto Cardoso, Carlos Brandão, Nazaré Wanderley (minha orientadora), Teresa, André Villalobos, eu não fui aluno do Octavio Ianni.

Eu sou muito suspeito para falar sobre o tema desta mesa-redonda em virtude da minha formação. Eu fiz filosofia na graduação, mestrado em ciência política na USP, o doutorado aqui em ciências humanas e trabalho em uma faculdade de economia (o Departamento de Economia da FEA) e também em um programa de pós-graduação em ciência ambiental (o PROCAM/USP).

A tese central que eu vou defender é a seguinte: entre a economia e as outras ciências do homem e da sociedade, talvez se possam encontrar diferenças epistemológicas tão importantes que justificam esse fato (em grande parte lamentável), que foi a formação de comunidades, sobretudo no caso dos economistas, totalmente autônomas com relação às outras disciplinas. Mas com relação à antropologia, à política e à sociologia eu francamente não consigo entender quais são essas diferenças.

O tema da interdisciplinaridade, torna-se difícil quando se fala de meio ambiente, quando se tem que responder a perguntas como: o aquecimento global prejudica o crescimento econômico ou não? O aquecimento global vai comprometer o bem-estar da humanidade ou não? Para responder a estas perguntas é necessário o trabalho conjunto do economista, do sociólogo e do climatologista. Aí a questão da interdisciplinaridade é séria porque ela envolve um problema epistemológico real.

Mas esta questão aplicada às ciências humanas de caráter reflexivo, só pode corroborar a crítica tão inteligente que Ralf Dahrendorf em “1989: moral, revolução e sociedade civil” fez ao vício da compartimentação do conhecimento e da cristalização inteiramente artifi-

cial de supostos “paradigmas”, que mais lembravam disputas sindicais que científicas. Dahrendorf mostra que na sua origem e em boa parte do seu desenvolvimento não há divisão entre as ciências sociais. Adam Smith era um professor de ética, como nos lembra bem Amartya Sen no seu livro *Ética e Economia*. Adam Smith antes de fazer *A Riqueza das Nações* teve que fazer *A Teoria dos Sentimentos Morais*. E justamente, o que está acontecendo na economia hoje é uma recuperação de dimensões fundamentais das outras ciências do homem e da sociedade. É nisso que está o que existe de mais promissor e de mais progressista na economia hoje. Então, torna-se intrigante que nas ciências sociais reflexivas se possa pensar em diferenças substantivas entre sociologia, antropologia e política.

As ciências sociais na sua origem tinham um objeto único e sua compartimentalização é muito mais o resultado de uma evolução institucional do que de uma real necessidade epistemológica. Claro que essas coisas (instituições e epistemologia) nunca podem ser totalmente separadas. Nós que somos cientistas sociais, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, nós sabemos que a ciência tem que se pensar e ser pensada sociologicamente.

Eu me pergunto se existe um olhar **disciplinar** do sociólogo, que do ponto de vista epistemológico tenha que se distinguir de um olhar disciplinar do antropólogo. Eu acho que o sociólogo que não vá a campo com Malinowski na cabeça dificilmente vai fazer um trabalho interessante. Quando você está em campo fazendo você se vira com o que tem, com uma mistura de técnica, intuição, conhecimento e, sobretudo, experiência. Na economia a coisa é um pouco diferente. A economia é mais padronizada, é mais organizada num certo sentido. Um autor recente compara ambas com a expressão: “clean models and dirty hands”. Quer dizer, os economistas têm modelos limpos, nós temos as mãos sujas. Nós temos as mãos sujas porque estamos em campo. Mas os economistas também, cada vez mais eles se dão conta de

que eles também precisam sujar as mãos, e os melhores deles se preocupam cada vez mais com a história e as instituições.

Qual é a especialidade disciplinar de Marx? Era um economista? Era um sociólogo? Um antropólogo? Tem tudo isso na obra dele. O que é o *18 Brumário*, senão uma obra de ciência política, uma das mais belas obras jamais escritas e seguramente uma das mais belas obras de ciência política?

Não estou descartando o fato de que a boa ciência, se faz de teorias que inspiram perguntas científicas, e perguntas científicas que suscitam hipóteses de trabalho. Antropólogo trabalha com hipótese, sociólogo trabalha com hipótese, economista trabalha com hipótese, psicólogo trabalha com hipótese, em todas as ciências e em todas as ciências do homem e da sociedade, disso nós não conseguimos escapar, e todos aqueles que vão além, que criticam a epistemologia convencional, sejam eles Bourdieu ou Bruno Latour, a isso não renunciam. Eu temo que, sob pretexto de cultivar uma especialidade disciplinar, a meu ver inexistente sob o ângulo epistemológico, se esqueça daquilo que é essencial na atividade científica: teorias interessantes, perguntas intrigantes, hipóteses inovadoras e evidências empíricas surpreendentes, capazes de nos fazer questionar sempre nossas próprias convicções científicas.

Na relação entre a economia e as outras ciências do homem e da sociedade acho que temos, sim, um problema muito sério, porque a economia durante muito tempo reivindicou a posição de rainha das ciências, de ciência exemplar, em detrimento das outras ciências do homem e da sociedade, incapazes de formular de maneira adequada o seu objeto de pesquisa.

Quando eu fiz o curso aqui, Vilmar e Juarez sobretudo, trouxeram um “contrabando ideológico” que balançou a cabeça de todo mundo: o “individualismo metodológico”. Hoje virou moda. Naquela época a gente ficou absolutamente indignado. Todo mundo queria responder ao

tal do individualismo metodológico. Foi a primeira vez que eu li John Elster e o livro de Mancur Olson, *A lógica da ação coletiva*.

Ser sociólogo consistia, fundamentalmente, em usar alguns instrumentos. Aqueles que tinham maior afeição com a cultura alemã e com métodos dialéticos, instrumentos do Marx; outros com a cultura americana, outros instrumentos, mas para explicar o caráter coletivo (e não individual) das determinações das condutas. E aí nos são apresentados autores que balançam essas convicções, e nos abrem um novo (que eu me lembre, para todos da minha turma) caminho de reflexão. Era um momento em que se falava muito no “imperialismo da economia”. Parecia realmente que a economia reivindicava esse papel e que tinha conquistado uma hegemonia ideológica. Mas isso durou pouco, e essa escola do “marxismo analítico” acabou se decompondo. E John Elster fez trabalhos interessantes em que as preocupações anteriores de inspiração do individualismo metodológico estão tão impregnadas de novas preocupações sociológicas que mostram que aquele isolamento que tinha sido criado na época e aquele triunfo metodológico do individualismo eram artificiais.

Hoje mesmo na economia, como eu assinalei, as instituições, a história e, mais que isso, a dimensão subjetiva da conduta humana ganham importância crescente. A idéia da economia como uma ciência de unidades singulares automatizadas não é absolutamente única. A obra de Amartya Sen é uma reflexão sobre o significado da liberdade na vida social e, mais do que isso, é uma reflexão sobre a ética e a economia e rompe com um pressuposto básico da economia que é o de que a economia não se preocupa com valores de uso, ela só se preocupa, digamos assim, com o valor dos bens em termos da sua utilidade e que é no mercado que isso se decide. Amartya Sen vai dizer: “não, não é indiferente para a vida de uma sociedade em que ela gasta os seus recursos”. Se é em pornografia, em drogas, ou se é em educação e na promoção da dignidade humana.

Essa é uma preocupação de economistas estritamente? Acho difícil a gente dizer isso. Essa preocupação é muito próxima à de alguém com Ignacy Sachs, quando ele se preocupa com a economia do tempo real. Não é bem economia, não é sociologia, é o que? É interessante, tem teoria por trás. Você é capaz de fazer pergunta com isso, você pode formular hipóteses, isso conduz as pessoas a campo, é isso que interessa e não saber se é sociologia, antropologia ou ciência política.

Os institucionalistas estão recuperando a importância da subjetividade humana no interior da economia. Os institucionalistas estão mostrando justamente que as estruturas sociais e a história contam – uma trivialidade para as ciências sociais reflexivas, mas um caminho de aproximação entre todas as ciências sociais que não se deve ignorar.

Os mercados são instituições, não são mais, na economia institucional, por exemplo, aquele ponto mágico em que se encontram compradores e vendedores anônimos uns aos outros. Há um terreno de pesquisa para a sociologia, e propriamente para a sociologia econômica, que é a compreensão das estruturas sociais da economia, para usar o título do Bourdieu, que tem que nos lançar um desafio de aproximação com a ciência econômica e não essa atitude cética, pessimista que consiste em dizer: “economia é coisa de neo-liberal. Nós é que fazemos uma coisa progressista.” Isso eu acho que é uma posição conservadora. Jacques Sapir, num belo livro recente (*Os buracos negros da ciência econômica – Ensaio sobre a impossibilidade de pensar o tempo e o dinheiro*) conta que Alfred Marshall, ao final de sua vida teria dito: “se fosse para recomençar, eu queria ser psicólogo”. A frase exprime sua compreensão de que os comportamentos humanos não são automáticos e, portanto, a economia não é uma ciência engenheira, mecânica. Essa revelação de uma dimensão da economia voltada para as outras ciências do homem e da sociedade é extremamente importante.

Joseph Stiglitz é um outro prêmio Nobel cuja obra é importante para as outras ciências sociais. A “assimetria de informação” nas rela-

ções econômicas é básica para compreender, por exemplo, as finanças de proximidade ou as micro-finanças. É a retomada, num registro diferente, claro, do tema sociológico básico da intransparência da vida social.

Para concluir, de duas, uma: ou se encontram razões epistemológicas fortes para que as ciências sociais, a antropologia, a política e a sociologia tenham que construir seus objetos de maneira autônoma, independente, soberana, e a partir dessa construção entrar numa relação interdisciplinar com as outras ciências do homem e da sociedade, coisa na qual eu absolutamente não acredito, ou então nós temos que enfrentar os verdadeiros problemas da interdisciplinaridade que são dois:

Primeiro, a relação entre a economia e as outras ciências do homem e da sociedade, essa relação está pedindo trabalho dos sociólogos, dos antropólogos, dos cientistas políticos, dos psicólogos, dos filósofos, entre outros.

Segundo, o tema mais sério da interdisciplinaridade, é o trabalho interdisciplinar que envolve de um lado as ciências do homem e da sociedade e, de outro, ciências da vida e da Terra. Esses problemas são centrais nos programas de pesquisa voltados ao conhecimento do cérebro humano, nos problemas de saúde pública como a AIDS e, sobretudo, no tratamento dos temas ambientais.

TOM DWYER: Agora vou passar para Leila Ferreira.

LEILA FERREIRA: Acho que há três possibilidades de discutirmos a questão da interdisciplinaridade. Uma possibilidade é a visão do ponto de vista institucional, a outra possibilidade é o debate mais teórico e por fim é discutirmos um pouco a nossa experiência pessoal aqui do IFCH.

Do ponto de vista internacional, e pensando num tema como o tema ambiental, por exemplo, todo o processo se pesquisa e mesmo da

formação acadêmica tem se dado num sentido de uma perspectiva mais interdisciplinar. Ao mesmo tempo, deve-se salientar que mesmo sendo este um tema eminentemente interdisciplinar, podemos trabalhá-lo também através de uma perspectiva disciplinar.

Eu mesma tenho feito uma sociologia da sociologia ambiental, essa é um pouco o que eu tenho feito ultimamente, mas esse tema também é tratado interdisciplinarmente, também em nosso programa, através de várias pesquisas que temos desenvolvidos nos últimos 15 anos.

Neste sentido, cabe-se perguntar: o que seria melhor: uma formação interdisciplinar ou uma formação disciplinar? Isso eu acho que é uma questão epistemológica. É uma questão se coloca tanto do ponto de vista do desenvolvimento da ciência, quanto do ponto de vista da capacidade que o indivíduo tem de ser formado no nível da graduação ou da pós-graduação numa perspectiva inter ou disciplinar.

Eu tive uma experiência pessoal extremamente diferenciada, porque eu fiz uma graduação interdisciplinar e depois fui fazer um mestrado disciplinar e um doutorado interdisciplinar em ciências sociais e um pós doutorado interdisciplinar. Na verdade, isso já era uma discussão nos anos 70. Dizia-se que não poderíamos aprender ecologia, por exemplo, no nível da graduação, que a agente tinha que aprender ecologia quando fazia-se um doutorado em ecologia. E eu fiz uma opção individual, pessoal, de vir para a sociologia porque achava que as questões que me preocupavam na época poderiam se respondidas do ponto de vista mais disciplinar. Mas isso foi uma opção pessoal minha. Isso não significa que eu concorde que não se aprende ecologia no nível da graduação e, muito menos, no nível do doutorado. No caso do Estados Unidos, aliás, a formação já no nível da graduação, em grande medida, é eminentemente interdisciplinar.

Nós estamos fazendo uma discussão agora, aqui na UNICAMP, que é exatamente essa: para trabalharmos a questão ambiental será que ela é melhor trabalhada num programa de ciências sociais como

nós temos trabalhado, com uma área temática, ou nós devemos formar um “pool” inter-institucional e formarmos um doutorado em meio ambiente ou mesmo fazer as duas coisas, que parece será o caminho a ser seguido . Essa é uma discussão que está sendo travada em vários institutos e que em curtíssimo prazo devem ser implementadas na UNICAMP exatamente porque é uma Universidade de ponta, porque é uma Universidade que ainda tem verba e etc. Mas isso é uma questão institucional.

Do ponto de vista teórico, eu vejo que a questão ambiental, por exemplo, que é o tema que eu tenho trabalhado, deve ser pensada através de uma perspectiva eminentemente interdisciplinar. Eu acho que o tema “meio ambiente” pode ser trabalhado pela sociologia, pode ser trabalhado pela ciência política, pode ser trabalhado pela antropologia e assim por diante. Mas o entendimento da problemática mesmo, só pode ser feito de uma perspectiva interdisciplinar. Na verdade, acredito que a interdisciplinaridade ou em outro tipo de estratégia diferente da disciplinar, os saberes científicos particulares não são obrigados a abdicar de suas lógicas e de seus métodos. O que se deve fazer, sim, é compor com outras disciplinas, a ponto de cada um abri-se durante o processo investigativo para absorver questões, resultados e hipóteses construídas coletivamente. Procedendo desta forma, nossas perguntas e respostas não serão as mesmas se as tivéssemos exercitado de um ângulo exclusivo de lógicas e métodos disciplinares, próprios a seus objetos particulares.

No caso do nosso Doutorado aqui, do nosso doutorado em ciências sociais, ele tem tido uma história de muito sucesso. Entretanto, nós estamos num impasse porque o número de professores diminuiu, o curso de teoria e metodologia é um curso complicado para todos nós, o processo seletivo é muito complexo e envolve muitos alunos e professores . Enfim, então nós não sabemos mais se nós queremos continuar com o doutorado interdisciplinar em ciências sociais ou se nós

queremos nos dividir em três doutorados. Eu acho que essa é uma questão que vai ainda ter que melhor debatida internamente para sabermos o que nós vamos fazer.

Certamente este não é um processo fácil, envolve “pessoas”, mentalidades, instituições, poder, enfim “corações e mentes”, mas acredito que temos massa crítica e competência profissional e pessoal para realizarmos, qualquer que seja o caminho escolhido, um bom trabalho.

TOM DWYER: Obrigado Leila, então eu passo para a Rita.

RITA MORELLI: Boa tarde. Eu vou dividir a minha fala em três momentos. Um primeiro em que eu vou fazer uma afirmação de princípio e algum comentário sobre a realidade a partir dessa afirmação. Um segundo em que eu vou fazer um depoimento pessoal sobre a minha participação no doutorado da UNICAMP. E um terceiro em que eu vou fazer alguns comentários a partir da leitura do texto resultante daquele seminário anterior, do qual participaram alguns dos fundadores de nosso Doutorado.

O primeiro ponto é que eu faço uma defesa da interdisciplinaridade. Tenho feito, mas eu gostaria de pontuar aqui o lugar dessa interdisciplinaridade. Pensando em termos de uma formação ideal, eu imagino uma graduação interdisciplinar, um mestrado de formação disciplinar e um doutorado temático, tendo mais a ver com o tema se ele será disciplinar ou não, e menos com a questão de princípio. Então eu vejo que o que ocorre aqui no nosso caso é que no tocante à graduação, houve uma sensível diminuição das possibilidades de praticar a interdisciplinaridade. Em termos formais, porque os currículos começaram a ficar cada vez mais fechados nas disciplinas, porque algumas obrigatórias antigas que a gente fazia na lingüística e em outros lugares não existem mais, ao mesmo tempo em que aumentou muito o

número das obrigatórias de modalidade, o que aliás leva o aluno a se definir muito rapidamente por uma disciplina já no curso de graduação, quando, ao meu ver, a graduação deveria dar uma formação mais abrangente, não só técnica e científica, mas também humanista, formar um cidadão também, além de formar um especialista numa determinada área de conhecimento. Só que eu acho que não foi por acaso que isso aconteceu, e sim porque o mestrado, que deveria ser o lugar da formação disciplinar, também não pode mais ser, em razão do encurtamento dos prazos e da impossibilidade de fazer muitos créditos e de ter essa formação disciplinar no mestrado. A meu ver, as mudanças na graduação são consequência das mudanças no mestrado. O aluno tem que chegar no mestrado já com uma formação disciplinar e normalmente ele faz essa opção, e constrói todo o seu currículo na graduação visando um mestrado de uma das três modalidades. E também, às vezes, até uma especialização temática, que seria já do nível do doutorado, pois escolhe-se um tema de pesquisa desde a graduação e também selecionam-se as disciplinas em função do tema de pesquisa e não de uma forma mais livre.

O outro ponto é o meu depoimento sobre a minha participação no doutorado. Se me permitem, acho que para tornar esse depoimento pertinente vou falar um pouco da minha trajetória desde a graduação. Eu fiz a graduação aqui no IFCH entre 1978 e 1982, me formei no meio do ano de 1982, num momento em que era possível fazer um curso bastante interdisciplinar, não só porque tínhamos algumas obrigatórias de outras disciplinas, mas porque os currículos eram mais soltos e não tínhamos que fazer tantas obrigatórias de modalidade quanto hoje. E eu, apesar de hoje defender a interdisciplinaridade, por opção própria fiz uma graduação ultra-disciplinar, porque fiz a modalidade sociologia, e também por opção não fiz muitas ciências políticas, nem antropologias. Mais do que isso: eu tinha uma pesquisa de iniciação científica que me levou às vezes a selecionar cursos em fun-

ção do meu tema de pesquisa. Mas fui fazer o mestrado em antropologia, então eu fiz um mestrado disciplinar, fiz um mestrado de formação, porque eu não tinha uma formação em antropologia na graduação. E havia sempre essa possibilidade de que uma aluna que tivesse feito a modalidade sociologia ingressasse no mestrado em antropologia e tivesse a possibilidade de se formar antropóloga no mestrado, o que mostra que para além das minhas escolhas havia uma interdisciplinaridade mais abrangente que permitia essas passagens que acho que hoje são muito difíceis.

Fiz os créditos do mestrado entre 1983 e 1984 e defendi a dissertação em 1988. E ingressei no doutorado em 1991, tendo feito os créditos entre 1991 e 1992 e defendido a tese em 1998.

Então, o que o doutorado representou para mim? Em primeiro lugar, representou uma retomada da sociologia, pois faziam uns oito anos que eu não estudava sociologia. E eu fiz os cursos obrigatórios, esses que são chamados seminários teóricos e metodológicos, e, ao contrário da experiência da Maria Lígia, para mim eles foram cursos de formação teórica sim. Eu fiz o primeiro com o professor Ianni, e o segundo com os professores Vilmar e Juarez. E a partir desses cursos obrigatórios do doutorado eu retomei a sociologia. Não só os clássicos da sociologia, mas algo que, para mim, que não saí da UNICAMP desde que entrei, serviu demais, e é razão de minha grande gratidão ao doutorado, que foi a atualização da bibliografia. Eu pude me atualizar, no caso na sociologia, com esses cursos do doutorado, que para mim foram muito importantes. Alguns autores eu li pela primeira vez ali, inclusive esses que já foram citados do curso do Vilmar e do Juarez, da área de ciência política, que eu também li mas não incorporei, não usei nunca mais. Em compensação eu sofri uma influência muito grande do Vilmar, da leitura que ele fez do Habermas no curso. E acho que ainda estou um pouco, apesar de já ter dez anos em cima disso, ainda estou muito influenciada por essas coisas.

Ao mesmo tempo eu ingressei na área que se chama Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber, que é uma área, pelo menos no momento em que ingressei nela, era uma área muito mais antropológica, não era muito interdisciplinar. Todos os cursos obrigatórios que eu fiz na área, e mesmo os eletivos, eram todos com antropólogos. A obrigatório da área eu fiz com o professor Roberto Cardoso de Oliveira, que também teve esse papel para mim de atualização da bibliografia, no caso na antropologia, e que também me influenciou muito, apresentando-me o interpretativismo. Eu fiz pela primeira vez com ele a leitura dos pós-modernos da antropologia norte-americana, e acho que fiquei, assim, entre a socióloga marxista, que eu era, e não sei se ainda sou um pouco em algum lugar, e a antropóloga interpretativista que eu fiquei com vontade de ser a partir do curso do Roberto Cardoso. E eu acho que fiquei no meio do caminho como consequência até de um doutorado interdisciplinar, e o meio do caminho foi marcado no caso por essa influência forte do Habermas.

Todas as eletivas que eu fiz na área de Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber foram com antropólogos. Eu fiz com a Mariza Correia, com a Marisa Peirano... Mas eu fiz um curso com a Guita Debert na área de Cultura e Política, que era bem interdisciplinar, até porque era bem temático, sobre a questão dos grupos de idade. Embora tenha lido Giddens no curso do Vilmar e do Juarez, eu fiz uma outra leitura desse autor no curso da Guita, e com ele eu também ainda trabalho um pouco, tanto na minha pesquisa empírica, como na minha pesquisa teórica. Eu acho que ainda estou nessa fase de influência do doutorado.

E agora eu vou passar para a parte final, mas antes de terminar essa parte de memória eu queria fazer uma menção especial ao professor Vilmar, não porque ele não esteja mais entre nós, mas porque sempre que eu falo nesse doutorado eu vejo a importância que teve, e até o privilégio que foi, ter sido aluna dele durante esse seminário obrigatório. Eu fiquei muito impressionada, para dizer uma palavra

que expresse melhor, eu fiquei encantada com ele, e toda vez que eu falo e me lembro disso, faço sempre um comentário que tive também a possibilidade de fazer diretamente para ele, para ele saber que estava sendo elogiado: eu acho que ele foi uma das pessoas mais inteligentes que eu conheci na vida, que ele era de uma inteligência assim assustadora mesmo, porque era uma coisa muito rápida o raciocínio dele... Eu ficava muito impressionada, porque no doutorado, nessa época, eu estava lendo aqui que a questão do tamanho das turmas é relevante, nessa época a gente tinha uma turma que eu acho que era em torno de umas quinze pessoas. Então nós lotávamos uma classe daquelas pequenas da pós, todo mundo encostado na parede, em torno do professor, e era gente de várias origens, tanto regionais do Brasil inteiro, até do exterior, como também de formações muito diversas. E eu, particularmente, que tenho uma formação unicamente da UNICAMP, às vezes eu não conseguia entender algumas perguntas que os colegas formulavam de dentro de uma formação muito diferente da minha. E eu ficava impressionada porque o Vilmar, ele nunca pediu para um aluno repetir uma pergunta, ele entendia a pergunta e respondia, e não ficava respondendo qualquer coisa, respondia algo que era realmente aquilo que o aluno tinha perguntado. E muito rápido o raciocínio. Para vocês terem uma idéia, era uma coisa mais ou menos assim: alguém fazia uma pergunta e ele dizia, em rápidas frações de segundo: sobre isso eu teria quatro observações a fazer, e fazia uma, duas, três, quatro. Então era uma loucura porque ele tinha quatro, e ele sabia *a priori* que eram quatro as observações... funcionava muito rápido o raciocínio. Então fica esse depoimento, eu gostaria de deixar registrada essa minha admiração eterna pelo Vilmar, e sempre que eu falar dele eu vou contar essa história, porque eu acho que ele foi realmente uma figura raríssima.

A partir daquela minha afirmação de princípio inicial e dessa memória mais afetiva, eu queria fazer umas observações finais sobre o conteúdo desse debate e sobre algumas das questões que estão em dis-

cussão hoje. Acho que onde há mais polêmica, e eu não estou acompanhando muito a discussão, mas me parece que é na questão das áreas. Agora mesmo, acho que foi a Leila que falou, que talvez essas áreas, posso estar enganada, talvez não correspondam mais ao modelo que outrora existiu. No debate com os fundadores, aparece um pouco isso: o que era a área no início, quando o doutorado foi criado? Era um lugar de pesquisa e de convivência. Os três, eu acho, o Juarez, a Maria Hermínia e o Roberto, mencionaram o conteúdo que havia, a substância que havia nessas áreas, que eram lugares de pesquisa e de convivência, e não só de ensino. Aliás, sobre a idéia da convivência, o Juarez contou aqui que nos seminários teórico-metodológicos, mesmo quando divididos, os professores todos participavam de todas as aulas, então havia também no lugar do ensino, na sala de aula, essa convivência e essa troca intelectual entre os próprios professores.

Então eu acho que atualmente o que está acontecendo não é que não haja projetos coletivos, e em que não haja projetos coletivos de natureza interdisciplinar, acho que há tanto projetos disciplinares como interdisciplinares, pensando em termos do nosso Instituto. O que eu acho é que não está havendo muita coincidência entre o conteúdo das áreas atuais do doutorado e o conteúdo desses projetos coletivos interdisciplinares ou não que estão sendo praticados por vários grupos de professores aqui do Instituto. Me parece que algumas áreas deixaram mesmo de ser o lugar onde esses projetos estão sendo tocados, ou porque as áreas são muito abrangentes ou muito restritas, mas a gente localiza esses projetos em vários lugares, sobretudo nos núcleos e nos centros de pesquisa que a gente tem aqui. E que são espaços bastante raros atualmente dentro da estrutura universitária, porque, me parece, tem também uma tendência da instituição no sentido de criar mecanismos de incentivo a uma produção mais individual do que coletiva, que visa menos a inter-relação entre pesquisa e ensino e mais entre pesquisa e divulgação de resultados de pesquisa de um jeito

mais autoral. Então, já que esses coletivos existem, talvez fosse o caso de a gente pensar que talvez esses grupos que existem e que estão trabalhando juntos, que realmente sustentam essa convivência e esse projeto comum de pesquisa, pudessem ser as novas áreas do doutorado. Pois aí as áreas teriam por base projetos realmente existentes, e seriam áreas mais flexíveis, porque não necessariamente elas têm que ser sempre as mesmas. Acho que elas têm que refletir a cada momento a situação, a configuração atual dos projetos coletivos em andamento. E temos vários no IFCH. Eu penso no Pagu, com a questão de gênero, no CEMARX, nos vários centros que estão aqui representados hoje, o CERES, o NEPAM, os núcleos todos, O Núcleo de Estudos Estratégicos, o NEPO, o CESOP, o CEMI. Espaços onde há essa pesquisa coletiva, onde há projetos coletivos de pesquisa. As pessoas que trabalham nesses lugares têm acesso a esta convivência, a esta troca intelectual que a meu ver é básica para a produção do conhecimento. E a meu ver ela tinha que ser potencializada, permitindo que ela fizesse parte de alguma forma da formação dos nossos doutores.

Então, talvez a gente possa apostar nessa solução. Porque o que me incomoda um pouco no debate sobre as áreas é que, de um lado, ninguém é obrigado a trabalhar junto só para manter uma área existente, mas, por outro lado, eu penso que ninguém tem o direito de acabar com as áreas só porque o conteúdo delas não corresponde mais ao conteúdo das pesquisas coletivas em andamento. Eu defendo esse modelo das áreas e acho que ele poderia ser mantido desde que a gente tivesse essa flexibilidade de concatenar as áreas com as pesquisas coletivas que realmente estão ocorrendo dentro do Instituto. Insisto na importância delas para a formação dos alunos, que teriam os cursos obrigatórios interdisciplinares, divididos entre professores das três áreas, e a possibilidade de ingressar numa área com base no seu tema de pesquisa, partilhando desse espaço de troca, seja essa área disciplinar ou interdisciplinar. Foi isso que eu pensei.

RACHEL MENEGUELLO: Boa tarde. Eu acho que nós temos um problema sério aqui.: a composição desta mesa está “viciada”. “Viciada” porque nós todos, ex-alunos, participamos quase que da mesma fase áurea do doutorado, entendendo por áurea as qualidades positivas do privilégio de termos tido aula com o Juarez, com Vilmar, com Roberto Cardoso e isso foi um momento muito específico desse nosso doutorado. Claro que aquele momento ajudou a constituir boa parte do que é hoje esse corpo complexo do doutorado de ciências sociais, mas ele “viciou” a todos nós.. Sobre esse seminário, eu gostaria de contextualizá-lo um pouco, mesmo porque para o público, não sei se todo mundo está a par do teor dessa discussão desenvolvida aqui. O Tom fez uma apresentação inicial, mas há muita questão emergindo com relação ao doutorado. Ele é um excelente doutorado, tem uma excelente avaliação nas instituições que o avaliam, mas ele está se colocando hoje uma série de questões que dizem respeito à própria indagação sobre onde é que está a interdisciplinaridade. E, se ela existe, como é que ela se constitui num corpo organizado de disciplinas, num corpo que agrega docentes em projetos de pesquisa, enfim, em experiências de aula?... Então, passando pelas questões administrativas comentadas pela Rita, a questão que se coloca é como é que você traz colegas para dentro de uma experiência como essa, inclusive de temas mais amplos como a questão mencionada do meio ambiente? Estamos no caminho certo? Porque mesmo sendo um excelente doutorado as questões apareceram?

Isso não aparece por acaso, e o seminário é parte de um produto de discussões que o Tom vem implementando. Só que não sei se por querer ou sem querer ele “viciou” esta mesa trazendo ex-alunos de um momento do doutorado que só tem uma experiência positiva a dizer. Assistimos aulas com essas pessoas que são fantásticas, tivemos uma experiência excelente de envolvimento dos colegas nos seus cursos de áreas específicas, os cursos que eu fiz na minha área de cultura e polí-

tica que eram seminários específicos, foram fantásticos. Estavam ali Evelina Dagnino, Renato Ortiz, travando uma série de debates ideológicos junto com tudo aquilo que a gente escutava, com o Juarez, com o Vilmar, com o Roberto Cardoso. Esse é o momento importante, pelo qual passamos. Então, embora eu ache que seja muito positiva essa nossa experiência, que parece já muito positivo resgatar esse passado para a gente iluminar as perspectivas do doutorado... a gente cai numa armadilha! Que é a armadilha de não identificar de fato onde é que hoje estão determinados problemas.

Uma vez contextualizados esses pontos, eu não sei se conseguiria fazer uma recuperação boa de uma reflexão. Eu acho até que o Ricardo falou várias coisas importantes, preocupantes e com o fundamento epistemológico dessa nossa preocupação. Nós estamos num momento claro de transição. Não sei se para a comunidade internacional de ciências sociais esse problema se coloca no mesmo teor, hoje, eu sei que já se colocou, mas eu não sei se hoje ainda se coloca, mas para nós, aqui, em Campinas em específico, eu não tenho a clareza se é isso para as várias pós-graduações do país a que isso se vem colocando. De alguma maneira, mesmo tendo a carga do sucesso de um doutorado nas costas, nós não sabemos com toda a clareza se trabalhar temas, trabalhar projetos, trabalhar olhares disciplinares ou interdisciplinares, se é isso o que devemos fazer. O grande problema que se coloca aqui, eu tenho a impressão, uma vez contextualizado isso, é tentar resolver o seguinte problema: qual é a premissa da qual nós estamos partindo para entender o objeto interdisciplinar? Será que os objetos e as questões estão lá e a apreensão que nós vemos como possibilidade, é a apreensão interdisciplinar ou será que eles são constituídos segundo olhares disciplinares e agente desenvolve os nossos projetos em cima disso? E aí nós partimos para as discussões das áreas temáticas. Nosso problema a ser resolvido é onde está a interdisciplinaridade hoje. Alguns de vocês falaram sobre questões, sobre proje-

tos, sobre grandes temas e eu acho que, a pergunta é: qual é a premissa da qual nós devemos partir? Será que os objetos e as questões estão lá e a apreensão interdisciplinar é uma alternativa apenas a isso, a apreender aquele objeto? Ou será que os objetos se constituem interdisciplinares? Ou será que, por definição, a interdisciplinaridade só se dá em alguns objetos, em algumas questões, até por própria origem, por natureza? Então eu acho que a gente não sabe muito bem como responder isso, porque a grande disputa ou diálogo ou discussão entre, no nosso caso, mestrados disciplinares, doutorado interdisciplinar ou tudo interdisciplinar ou voltarmos à disciplinaridade, é um pouco isso. Como é que você apreende os mesmos objetos, se por origem eles já foram constituídos de maneira interdisciplinar ou se a gente está dando a eles essa configuração disciplinar no meio do caminho da formação de um aluno. Então, eu acho que essa confusão é algo que a gente ainda não conseguiu resolver, pelo menos no meu modo de ver, e, no nosso caso em específico, isso vem batendo de frente com a formação dos nossos alunos. Se pensarmos nos alunos da UNICAMP, não no aluno que vem de outro lugar, ele se forma em graduação em ciências sociais, ele passa por um mestrado disciplinar e ele é de novo colocado na apreensão interdisciplinar. Isso é bom? Pode até ser, mas eu gostaria de ter uma melhor resposta para isso que não apenas o fato de que todo o olhar ao objeto é válido e se ele passar pela disciplina e depois pela mistura de disciplinas, melhor ainda.

Eu não sei se é muito útil eu ficar falando aqui da minha experiência pessoal no doutorado. Eu acho que todos os colegas aqui já falaram um pouco porque fomos quase que da mesma geração. Mas eu acho que o que pode ser interessante falar é onde para mim foi mais fácil identificar que a interdisciplinaridade se faz ou que ela acontece. E aí eu não tenho dúvida: é na pesquisa. Não é nem na discussão teórica, não é nem em determinados olhares, em exposições de abordagens, não é ali que ela vai se fazer. É na pesquisa mesmo e é na ma-

neira ou, portanto, nos métodos de abordar determinados objetos. Aí eu tenho uma experiência que gostaria de compartilhar, e que alguns conhecem, na qual estivemos juntos eu, pela ciência política, o Fernando Lourenço, pela sociologia e o Mauro Almeida pela antropologia, numa pesquisa feita no Alto Juruá para explorar a relação homem/natureza entre os seringueiros. E nessa relação homem/natureza, ou melhor, o homem e seu espaço, as preocupações eram as mais variadas e que atingiam não apenas aquilo que um simples sociólogo pensa, um simples cientista político ou antropólogo. Aprendia uma enormidade de preocupações que passavam por questões como: Como é que o homem ocupa o seu espaço? Como é o modo de produção segundo o qual ele vive? Como é que ele se organiza para obter os seus direitos? Como é que ele constitui a sua família? Como ele se relaciona no seu núcleo familiar? Essas são preocupações das mais variadas que naquele método que a gente havia definido para buscar e coletar informações tinha, ali, um mundo de respostas que no nosso modo de ver era uma maneira de apreender interdisciplinarmente uma relação básica: a relação homem e seu espaço. Naquele caso era o homem seringueiro no seu espaço no Alto Juruá. Então, talvez uma maneira de estimular a busca da resposta sobre onde é que a interdisciplinaridade está, seja de fato na constituição de projetos um pouco mais coletivos nesse direção. Como a Rita havia mencionado, você não consegue pedir para o colega mudar o que ele está fazendo, virar o seu interesse para fazer coisas que hoje pareçam mais interdisciplinares do que outras. Mas talvez fosse possível a partir da experiência dos próprios alunos constituirmos um espaço como esse, onde esses projetos se desenvolveriam.

Eu tenho uma outra experiência que essa, para falar do doutorado, que essa talvez traga mais os problemas para esse seminário, que é a experiência de membro de uma área. Não exatamente de coordenadora de uma área, mas de membro, ou seja, daquele que participa de

bancas, que sabe o que os alunos estão fazendo, que vê o que a demanda sobre o interdisciplinar tem, e aí para mim hoje, embora essa reflexão ainda seja um pouco prematura, a interdisciplinaridade é aprendida das maneiras mais diversas e imprecisas que se pode ter. Ou seja, talvez porque ela própria seja assim, a interdisciplinaridade seja mesma uma coisa pouco definível, com os limites que a gente é acostumado a definir na ciência política, ou na antropologia, talvez isso seja próprio da natureza dos objetos de pesquisa. Mas o fato é que ao ser membro de uma área como essa eu tenho visto que de um lado a interdisciplinaridade é entendida como uma possibilidade que as disciplinas têm de olhar os seus objetos, e eu não sei se esse é o caminho.

A interdisciplinaridade não pode ser vista como uma forma das disciplinas olharem os seus objetos e, em boa medida os projetos dos alunos mostram que é isso. E aí é que entra a questão um pouco mais de fundo. Será que a interdisciplinaridade não deveria ser de origem, o objeto originalmente ser constituído como interdisciplinar? Não sei resolver isso, essa na verdade é uma pergunta colocada para essa mesa e para o público aqui. Ou seja, a interdisciplinaridade ou os objetos de pesquisa, não se apresentam como uma complexidade em si enquanto interdisciplinares, mas como possibilidades que as disciplinas têm de constituir-se ali. Isso me leva a algumas perguntas que eu até gostaria de fazer para a Lígia, mas eu não sei se faço já, porque quando eu estou falando aqui de demandas, quando eu falo aqui do que os alunos apresentam – e você falou muito sobre as necessidades profissionais –, é muito necessário, você vem observando que, o profissional ou que o aluno formado, em ciências sociais no doutorado, que ele tenha uma identidade profissional, aí a gente bate de frente com necessidades claras, objetivas de mercado mas por aquilo que as universidades fazem, por aquilo que os departamentos têm dentro de si como projetos para o ensino, para docência. Então, a gente está batendo também numa demanda que passa ao lado das nossas preocupações, mas cer-

tamente é vinculada, não é isolada. Eu acho que eu deixo as perguntas para depois, mas eu gostaria muito de saber um pouco mais sobre o seu trabalho, ou sobre a apreensão que você tem, por exemplo, do que a sociologia é, do que a sociologia pode fazer no meio dessa discussão. Eu termino e passo para o Tom.

DEBATE

TOM DWYER: Ouvimos muito hoje sobre o passado do ensino interdisciplinar nas ciências sociais aqui nesta casa.

Minhas perguntas são de natureza pontual e relacionam-se com a natureza do seminário teórico metodológico. O fantasma de Vilmar estava em todas falas, todos os discursos, e Vilmar dava um curso parecido durante muitos anos, ou seja, não foi só de vez em quando (como acontece agora) que ele dava. Embora alguns colegas dizem que o curso daquela época era possível só porque construído em bases carismáticas, o próprio Vilmar mesmo reconheceu que era um curso muito desgastante, entrar em sala de aula era como entrar num ringue de boxe. Eu não sei o que os colegas aqui presentes, que ofereceram o curso este ano pensam a respeito... Temos que nos perguntar se vale à pena manter um tipo de ensino que congrega todos os alunos. Os membros da mesa falaram num curso com dez a quinze alunos, hoje em dia são trinta ou mais. E se isso não é mais possível como se faz a sub-divisão? Em base disciplinar (como sugerido no documento de Renato), por tema, uma divisão estritamente ligada às áreas, ou alguma outra divisão? Em qualquer um destes casos, qual seria o mecanismo de integração dos alunos, de construção de uma 'praça pública' – um local de encontro dos alunos, e de formação de turma num doutorado que continua sendo interdisciplinar? Três perguntas então – que tem que ser pensadas dentro da conjuntura intelectual na qual vi-

vemos hoje, e também com referência as pressões institucionais às quais somos agora sujeitos – será que é possível recuperar a idéia mesmo do tipo de curso que vocês viveram ou será temos que partir para outra estrutura? Se temos que partir para outra, como que pode ser este outro curso? Outra pergunta: precisamos mesmo de um curso central?

ARMANDO BOITO: Bom, eu gostei muito da discussão, aproveitei. Eu queria problematizar um pouco a idéia de interdisciplinaridade. Será que essa idéia não deveria ser pelo menos relativizada?

A interdisciplinaridade envolve sempre algum tipo de troca, de cooperação entre pesquisadores de diferentes disciplinas. Ocorre que o que dificulta essa cooperação não é apenas o fato de tratarem de temas distintos, embora conectados, e tampouco o fato de se encontrarem em departamentos distintos. Reconheço que tais fatores pesam, mas não me parece que sejam os mais importante. Acima de tudo, existe a barreira representada pelas problemáticas teóricas distintas e incompatíveis que povoam as ciências sociais. A divergência entre as problemáticas pode impedir que pesquisadores de uma mesma disciplina e departamento cooperem entre si, ao passo que pesquisadores com problemáticas comuns podem cooperar intelectualmente, mesmo que pertençam a disciplinas e departamentos distintos. Dentro de um Departamento de ciência política, um cientista político positivista e um cientista político pós-moderno jamais poderão cooperar na pesquisa, devido à incompatibilidade entre o positivismo e o pós-modernismo; já, entre um cientista político positivista e um antropólogo positivista, ou entre um cientista político estruturalista e um antropólogo estruturalista a cooperação é perfeitamente possível.

A minha posição teórica, já que sou marxista, é aquela que tenta unificar, e não compartimentalizar, o conhecimento sobre a história, sobre a sociedade, a economia, o Estado e a cultura. Reconheço, ao mes-

mo tempo, a especificidade e a vinculação entre as disciplinas das chamadas ciências humanas. Acho, por isso, importante a cooperação entre pesquisadores de diferentes disciplinas. Mas nós não podemos omitir as divisões e as proximidades provocadas pelas opções teóricas. Ou seja, as disciplinas não são blocos homogêneos. Elas estão fragmentadas em teorias distintas ou incompatíveis. Esse aspecto não apareceu no debate que tivemos aqui hoje. Os que estão defendendo a interdisciplinaridade, por paradoxal que possa parecer, partem de uma posição que é uma espécie de fetiche das disciplinas: imaginam que elas sejam internamente homogêneas e defendem que elas cooperem entre si.

Eu penso que só podem cooperar pesquisadores que se situam no interior de uma mesma problemática teórica, independentemente da disciplina ou departamento em que se inserem suas pesquisas.

SUELY KOFES: Apenas um comentário crítico. Acho que todos os colegas que falaram aqui, e também o Armando agora, fizeram referência à queda do muro. Não sei porque, acho que duas pessoas falaram da queda do muro. Acho que, felizmente, o muro caiu e, infelizmente, correram tanto para pegar os pedaços que construíram muito mais muros do que aquele que caiu. Eu ouvi falar aqui em diferença epistemológica, eu ouvi falar de diferença teórica, eu ouvi falar de experiência afetiva, a diferença daqueles que gostam de trabalhar juntos e sentem prazer em trabalhar juntos e permanecem juntos. Eu acho que essas diferenças todas estão nos fazendo esquecer de algo que é uma diferença fundamental entre a formação (se é que nós ainda temos esse objetivo) e a pesquisa. Eu acho que eu gostaria de introduzir essa diferença. Eu não sou socióloga, mas sei que foi tema durkheimiano, e também foi tema de muitos, a diferença entre a obrigação, e a obrigação é que funda o coletivo até onde eu sei, e a liberdade. Então, eu acho que é na obrigação que se situa a dimensão da formação. Ou essa Universidade e esse Instituto têm uma obrigação com a formação, se é

que têm, ou só têm com a pesquisa. Eu queria introduzir esta discussão. Se há um interesse na formação, o que eu achei bastante interessante é que todos os que se apresentaram aqui, falaram sobre um aspecto positivo da pesquisa interdisciplinar, que é o da importância dos olhares diferentes, das perspectivas diferentes. O que alimenta essa perspectiva diferente? O que alimenta essa perspectiva diferente, me parece, é a formação disciplinar, que permite, inclusive, que numa relação interdisciplinar ela possa oferecer a possibilidade de um diálogo.

Então, evidentemente eu não estou defendendo a disciplinaridade, mas eu queria, tanto quanto a Rachel, apresentar um doutorado menos cor-de-rosa, e problematizar algumas questões que pareceram muito bem resolvidas. Ou seja, eu discordo absolutamente do que a Rita disse, embora sejamos de um mesmo campo disciplinar. Eu discordo de que a melhor formação seja uma graduação interdisciplinar, um mestrado disciplinar e um doutorado pelas áreas correspondendo às aglutinações de pesquisa que já existem, ou seja, isso é a descrição do que nós temos. E se é a descrição do que nós temos, eu não sei porque é que nós estamos discutindo.

Acho que uma questão importante foi a que você levantou, Maria Lígia, que acho que é a grande questão: como é que você pode construir e pensar uma pós-graduação interdisciplinar, sem que haja a hegemonia de uma disciplina? É curioso porque você fez um doutorado interdisciplinar e você começou afirmando a sua visão sociológica. Mais ainda, na sua experiência da CAPES, você disse que a maioria dos doutorados que se apresentam lá são programas, são doutorados interdisciplinares em sociologia. Isso não é à toa, quer dizer, me parece que os programas interdisciplinares acabam tendo que ir para a sociologia. O que está acontecendo, acho que isso é um problema. Onde é que a antropologia se afirma, por exemplo, como estrutura disciplinar tendo em vista uma avaliação disciplinar? Eu estou falando antropologia, mas poderia dizer, por exemplo, ciência política. Enfim, o

que eu estou propondo é que a discussão fosse um pouco mais, levasse em conta, fosse um pouco mais, (obrigada, Rachel) mais dura.

Eu prestei atenção bastante no que você falava [dirigindo-se à Maria Lígia], e você dizia que a área de sociologia é campeã da interdisciplinaridade na CAPES. O que é isso? O que significa isso? Pensando um pouco mais além. Ou seja, ela virou uma grande tia, é isto? Se for assim, ficamos sem os outros parâmetros. Ou então, você comentou sobre a publicação dos sociólogos, e aí eu queria te perguntar porque os sociólogos, hoje, publicam em lugares esquisitos, porque você falou exatamente esse termo: “lugares esquisitos”, “coisas esquisitas”. Não só. Mas, o que está acontecendo então com a sociologia, no seu modo de ver que tem o domínio de informações de programas, de produção científica, tal. O que significa isso? Quer dizer, já que essa área é tão dominante, e ela está fazendo isso, trata-se de um monopólio, ou está significando uma outra inadequação?

A outra pergunta é exatamente sobre a questão da identidade profissional. Como é que você que está trazendo para essa discussão o olhar de quem tem o acesso a informações sobre essa produção e avaliação de programas, como é que você vê isso num programa interdisciplinar como este, sobre o que significa identidade profissional?

MARIA LÍGIA: Primeira coisa em relação a CAPES que eu queria dizer, eu estou a pouquíssimo tempo, a experiência do Ricardo Antunes é muito maior do que a minha. Eu tenho experiência de largo tempo na coordenação de programas de pós-graduação, que infelizmente eu tive que ser durante vários anos. Na CAPES só tem poucos meses que eu estou lá, eu tenho visto, a gente está participando, o Ricardo é também do comitê, e a gente está participando desse trabalho que é feito lá, que aliás é muito interessante. Eu queria esclarecer uma coisa: o que eu disse em relação a sociologia ser campeã de interdisciplinaridade e porque, dos comitês da CAPES é o que tem mais cursos inter-

disciplinares. O comitê de sociologia é o que tem mais cursos interdisciplinares. Isso para mim é um problema que é complicado e que tem a ver com a questão do tipo de identidade profissional que os sociólogos têm no Brasil. As pessoas, eu vou citar especificamente uma pessoa porque não tem problema, mas eu não me esqueço uma época que a Lucélia Santos, que eu saiba nunca fez curso de sociologia, se deu o direito de ficar discutindo estrutura social da China como se isso fosse uma coisa elementar que qualquer cidadão no meio da rua pudesse fazer. E foi tomada como uma opinião como a dos profissionais da área. Bom, eu nunca visitei China, não faço a menor idéia, mas se eu tivesse falando do Brasil seria a mesma coisa.

RICARDO ABRAMOVAY: E ela não tinha nada interessante para dizer?

MARIA LÍGIA: Não! É um besteiro! completo. Mas era publicado como coisa importante, não nas nossas revistas.

Então, só esclarecendo, eu acho que realmente isso é um problema da sociologia, não é uma qualidade, eu acho que isso pode significar um fortalecimento da área, é legal, mas porque? O que se está chamando de curso interdisciplinar na CAPES não é necessariamente isso que nós estamos fazendo aqui. A gente estava vendo nessa última reunião o curso de políticas públicas que é aquele que eu mencionei, que realmente caberia estar lá. Mas existem cursos que são um ajuntamento de coisas e que entraram na sociologia porque é onde não teriam, até onde eu entendo, um padrão de exigência maior. Por exemplo não tem um número de disciplinas obrigatórias em teoria sociológica que precisa ter e coisas desse tipo, que em outras áreas você tem isso muito marcado. Então, o que eu entendo, e minha experiência é curta, eu estou palpitando um pouco, eu já conversei com outras pessoas que tenderiam a ver dessa forma. Então, isso é uma coisa. E aí eu acho que o que o Armando levantou, de que você trata quando está

falando de interdisciplinaridade, que eu entendo que essa é a finalidade desse seminário. Porque eu participei de uma experiência de um doutorado que era formalmente interdisciplinar e que as disciplinas tiveram momentos importantes de interdisciplinaridade, mas o que eu aprendi foi sociologia. Eu fiz um excelente curso com Luciano Martins mas era muito mais ciência política. Eu não me sinto absolutamente habilitada em dizer que eu aprendi, a primeira vez na minha vida que eu estudei antropologia foi com Roberto Cardoso aqui, foi maravilhoso eu não sabia nada porque foi um fracasso completo na minha graduação, e gostei imensamente, mas não me sinto habilitada..., eu aprendi a ser socióloga aqui. Então, eu acho que essa é a questão que está em pauta, que combina um pouco com o que ela disse de que, como é que é a história? Como é que fica a formação da identidade disciplinar e a questão da interdisciplinaridade? Porque só se produz a interdisciplinaridade com quem conhece o seu próprio campo. Então, num doutorado até imagino que faz sentido uma formação interdisciplinar, mas é mais complicado.

Uma outra coisa que você disse sobre a formação disciplinar dos alunos que seria na contra-mão do mercado, eu te diria o seguinte: eu não sei onde, ou qual mercado você veria esse trabalho interdisciplinar acontecendo. Porque, por exemplo, nas Universidades Federais, continua toda a estrutura departamental, e outro dia mesmo eu participei de um concurso em que a menina da demografia que tentou era excelente, mas ela perdeu porque ela não sabia sociologia. Ou seja, ela prestou um concurso para professora adjunta, doutora em demografia, tinha um currículo ótimo, mil publicações e tal. A outra menina que passou é excelente também, mas o diferencial entre elas foi o fato dela dominar uma área disciplinar que a outra não dominava. Então, eu não sei até que ponto o mercado está aceitando. Acredito que vários cursos de pós-graduação estão tendendo a essa coisa da interdisciplinaridade, alguns à sério como eu acho o daqui, e outros por conveniência insti-

tucional. Mas na verdade a estrutura do mercado, de contratação, pelo menos nas Universidades Federais, eu não sei aqui em São Paulo, mas nas Universidades Federais, continua sendo totalmente disciplinar. Os departamentos são de sociologia, de antropologia, de ciência política, de economia, e tal, tudo muito divididinho. Não sei se isso é bom, mas o formato é esse.

Bom, eu já falei um bocado da coisa da identidade, não vou ficar prendendo não. Depois eu posso continuar a conversa de outra forma, eu vou só responder uma provocação dele (Ricardo Abramovay). Eu acho o seguinte, que as razões epistemológicas que ele está buscando revelam, na verdade, o olhar de filósofo dele. Sociólogos, eu acho isso uma incompetência grande dos sociólogos, nós não temos conhecimento de filosofia, que nos permita fazer essa discussão das razões epistemológicas inclusive. Às vezes a gente arranha um pouco mas tem uma dificuldade enorme. Mas isso é uma perspectiva, essa pergunta e a colocação dessa forma é uma questão filosófica, do seu olhar filosófico que está lá desde a graduação guardadinho, escondidinho, mas que... eu vejo quando você fala. Quando eu falo de razões institucionais ou do conteúdo disciplinar, eu estou colocando, mas eu explicito, eu estou colocando a perspectiva, a visão, a deformação do olhar sociológico. Era só provocação.

RICARDO ABRAMOVAY: Eu fiz um curso de sociologia tão fraco, na verdade, de filosofia. Eu me formei na França. Legal se formou na França, imagina era um curso, durava três anos, e era em Nanterre então, era um curso inteiramente althusseriano, mas enfim. E é, eu acho que a questão que o Armando colocou, eu concordo totalmente. De certa forma, quando eu..., a pergunta que eu faço: qual é a base epistemológica da distinção, é quase que o passo prévio para fazer essa tua pergunta. Eu tinha até anotado aqui quando o Tom perguntou, bom, como é que a gente faz, a gente tinha professores que eram ca-

rismáticos, etc., etc. Eu acho que a questão é exatamente a que você colocou: qual é a base teórica dos trabalhos de doutorado que estão sendo feitos? Na economia, de alguma forma se pode dormir com a consciência tranqüila com relação a essa questão. A economia é uma ciência que se você pergunta pro economista: o que é a sociedade? Qual é o método pelo qual se estuda a sociedade? Quais são as técnicas usadas e qual é a base epistemológica de tudo isso? E você lê um manual de economia, você tem uma resposta padronizada e mundial. A sociedade é interação entre indivíduos autônomos que se relacionam entre si no mercado, pa, pa, pa. É claro que felizmente a economia nunca foi só isso, a economia sempre foi muito mais do que isso.

Agora, se você perguntar para um sociólogo, e aliás isso também irrita, essa foi uma frase também de um curso do Vilmar, se você pergunta para um sociólogo, se você está numa assembléia, numa reunião, com cinco sociólogos e pergunta o que é a sociedade, é muito provável que você tenha cinco respostas diferentes. Então, o problema é o seguinte: do que nós estamos falando, e nesse sentido eu acho que, eu partilho daquilo que o Armando falou nesse sentido, o principal cuidado e a principal vigilância, e a principal ambição, eu acho que tem que ter um programa de formação e de pesquisa, porque pós-graduação é isso, em ciências sociais, é de que não haja trabalhos que sob o ângulo teórico sejam inconsistentes. Claro que nenhum programa está livre disso. Mas eu temo que a discussão sobre interdisciplinaridade, se vocês me permitirem uma imagem psicanalítica, seja uma espécie de sublimação da discussão maior que é essa que Armando colocou. Agora, essa é uma discussão Armando, você não vai gostar que eu diga isso, popperiana antes de tudo. Essa tua posição, só para dar uma provocada no Armando, é o Popper. O que você está falando é o Popper, o importante na ciência é saber quais são os meus pressupostos, quais são as perguntas que eu coloco, quais são as hipóteses que essas perguntas me permitem formular. Eu acho sim, que é possível

vel que haja formações diferenciadas, por exemplo, que o antropólogo tem que ter uma formação diferenciada. Eu não sei se isso dá lugar a um curso inteiro, não sei porque um estudante de ciências sociais não pode fazer duas disciplinas de antropologia e ter também um treinamento de antropologia como ele tem que ter um treinamento na área de métodos quantitativos. Por exemplo, o trabalho que o Moacir Palmeira faz descrevendo o que é o comício e a configuração física do comício, eles têm um artigo sobre isso, no Nordeste, do Moacir Palmeira e da Beatriz. Isso é um trabalho de antropologia, ou é um trabalho de ciência política? É um trabalho sobre poder. Os métodos são inteiramente antropológicos. O trabalho do Bourdieu, ou de quem for, do Simmel, ou de uma socióloga genial americana chamada Viviana Zelizer sobre dinheiro, sobre moedas paralelas, o estudo das moedas paralelas, o que acontece na Argentina agora com as moedas paralelas. Isso é um tema sociológico, claro que o economista também vai estudar isso, claro que o cientista político também vai estudar isso.

Então, eu acho que no plano das ciências reflexivas do que os americanos chamam de humanidades, eu acho que nós que estamos, e eu me incluo nisso, nós que estamos no plano destas ciências, ao contrário, nós temos que cultivar não só a..., quer dizer a armadilha consiste em dizer o seguinte: é clara e distinta a separação dos domínios. Isso dito vamos ver como a gente vai se relacionar. Isso eu acho que é uma posição corporativista. O que sim a gente tem que dizer é: as ciências sociais de natureza reflexiva têm inúmeras abordagens sobre o que elas fazem, o importante é que quem faça isso, faça sabendo do que está falando com bases teóricas muito claramente definidas, com perguntas muito claras mesmo que os métodos sejam diferentes. E aí, eu acho que essa discussão sobre interdisciplinaridade nas ciências sociais de natureza reflexiva, ela pode ser uma imensa armadilha porque o ponto de partida é como se houvesse essas disciplinas. Calma lá! O que existe são tradições que em última análise se você for ver

bem, são tradições teóricas e isso é muito importante, muito interessante que exista. É esse diálogo das diferentes tradições teóricas que a gente tem que estimular. E esse diálogo, talvez por não ser sociólogo, quando eu tentei me sindicalizar como sociólogo eu não pude porque a minha graduação é em filosofia. O Vinícius Caldeira Brant me pediu, ele dirigia, eu acho que era o Sindicato dos Sociólogos em São Paulo, eu fui me sindicalizar e eu não podia me sindicalizar, talvez por não ser um sociólogo de carteirinha mas ser sociólogo de ofício. Talvez por isso eu recuse essa compartimentalização. Mas eu acho que o importante é o papel que a gente pode exercer no sentido justamente de... trazendo essas inovações teóricas, esses enriquecimentos teóricos.

Eu acredito que a contribuição dos economistas de inspiração institucionalista para as ciências sociais de natureza reflexiva é extremamente importante. Vocês aqui na UNICAMP formaram doutores que refletiram sobre, por exemplo, a Terceira Itália.

RITA MORELLI: Bom, anotei algumas das questões levantadas. A primeira foi do Tom, a respeito do seminário, tanto no tocante ao tamanho atual das turmas (se é possível desenvolver um seminário dessa natureza com uma turma pelo menos o dobro dessas do período do auge do doutorado), quanto em relação ao próprio conteúdo interdisciplinar do seminário. Eu percebi que isso era um problema, e também pensei alguma coisa a respeito do processo de seleção do doutorado. Talvez no início a própria demanda por vagas no doutorado fosse menor do que atualmente, porque nós temos hoje um número muito maior de mestres que estão disputando as vagas. De qualquer forma, talvez a seleção por área também esteja provocando aumento no número de selecionados. Alguém chamou até de um inchaço, acho que foi o Roberto. Talvez fosse melhor fazer uma seleção única, se fosse possível com um membro de cada área compondo essa banca, e não tanto em termos de algumas vagas já *a priori* determinadas por área, e uma

seleção menos baseada no tema e mais na capacidade que cada um tem de competir com os outros nessa coisa mais geral. Agora, o conteúdo: nessa fase que você chamou de carismática, eu não acho que estava no carisma desses professores a possibilidade de realizar esse seminário interdisciplinar. Talvez hoje a gente não possa desenvolvê-lo com o mesmo carisma, mas há outras maneiras de desenvolvê-lo que não são necessariamente burocráticas. E eu imagino que seja importante esse esforço de construção desses seminários. Vejo como uma necessidade (ou uma obrigação, vou usar a palavra da Suely) haver essa participação das pessoas de cada uma das três disciplinas na elaboração desses cursos, dos dois cursos básicos, nos quais a interdisciplinaridade realmente acontece, porque algumas áreas, como falei, não têm muito essa natureza de interdisciplinaridade.

Com relação à questão do Armando, sobre afinidade teórica, eu acho que é por acreditar na possibilidade de existência dessa afinidade que eu defendo as áreas, e não porque eu quero simplesmente perpetuá-las, como falou a Suely depois. Talvez ela tenha lido as minhas afirmações como um elogio daquilo que já existe. Não é isso, é o contrário talvez: nós não temos ainda essas áreas ideais, nós temos áreas reais que já foram em algum momento espaço desse trabalho coletivo, dessa convivência, e eu estava tentando localizar na nossa experiência atual do Instituto os lugares onde esses projetos coletivos de pesquisa e essa convivência ainda existem. Porque, se não, fica parecendo também que não somos mais capazes de trabalhar juntos, e estamos fazendo isso em outros lugares. Então, a minha idéia era modificar sim o conteúdo das áreas tentando relacioná-las com esses projetos que existem e que estão sendo levados.

E também acho que não existe a interdisciplinaridade na graduação. Eu imaginava uma formação ideal, com uma interdisciplinaridade na graduação, uma formação disciplinar no mestrado, e uma busca do pesquisador pelo tipo de doutorado que melhor corresponda ao seu

tema de pesquisa. E eu até acho melhor que seja um doutorado interdisciplinar, desde que haja possibilidade de desenvolver, depois dos seminários interdisciplinares, uma pesquisa mais disciplinar numa determinada área, incluindo-se num projeto coletivo de pesquisa que não seja necessariamente interdisciplinar.

Então, eu acho que a questão do Armando tem haver com essas opções. Ele está pensando em termos teóricos, mas haveria espaço para pesquisas temáticas como as que eu estava citando. Ele faz parte de um centro de estudos extremamente teórico que é o CEMARX, teórico e muito bem delimitado. Mas lá existem pesquisas coletivas e existe espaço de troca, então isso seria uma possibilidade a meu ver de uma área, embora com esse corte teórico e com a escolha dos interlocutores com base numa definição teórica. Eu acho que têm outros recortes que são mais temáticos. Eu não sei, não conheço exatamente as pesquisas dos outros centros, mas eu tenho a impressão de que seja possível trabalhar num centro que seja recortado por um tema, e que nos debates, nos seminários internos, até mesmo as diferenças teóricas se tornem enriquecedoras, não sei se necessariamente seria um impedimento.

Com relação a essa questão da formação versus a pesquisa, da obrigação versus a liberdade, que a Sueli vê como fundamental, nenhuma das outras oposições colocadas teriam a importância que essas têm, mas eu imagino que na Universidade a gente tenha que relativizar um pouco essa separação. Ela existe, mas ela não tem aquela força, não pode ser vivida como uma coisa dicotômica como é em outros lugares. E aí entra um pouco também de uma referência feita a um uso mais objetivante ou mais expressivo da linguagem, com relação a essas memórias, memória mais epistemológica ou mais afetiva. Acho que as duas coisas têm um pouco a ver com o que devem ser, pelo menos, a nossas relações no interior da Universidade. Estou pensando a Universidade como um lugar da produção de conhecimento, lugar de

produção simbólica e de reprodução simbólica, lugar onde a gente tem que fazer um uso integral da linguagem, não muito separado. E talvez seja essa liberdade que está presente na elaboração dos nossos projetos de pesquisa, e que é uma liberdade que nos faz escolher os nossos interlocutores por n fatores, inclusive os afetivos, porque nós somos seres integrais, não somos separados. A minha intenção, quando eu fiz essa proposta de a gente recolher, desses lugares onde essas coisas estão acontecendo de verdade, as relações que são integrais e que são produtivas, porque estamos fazendo pesquisa em projetos coletivos, foi utilizar tudo isso em benefício do nosso doutorado e de seus alunos. Que esta convivência fosse disponibilizada para os nossos alunos do doutorado, e isso seria possível se esses grupos se transformassem em áreas no doutorado. E teriam, então, também essa obrigação em relação à formação dos alunos, apesar de não terem que abrir mão da liberdade de escolha dos seus objetos e dos seus interlocutores.

RACHEL MENEGUELLO: Olha, eu não sei mais se essa discussão ainda continua porque também o público está meio disperso aqui. Mas eu confesso, Tom, que eu não anotei a tua pergunta, mas eu sei que ela fala de número de alunos e de estrutura de doutorado. Eu acho que eu não consigo responder essa pergunta. Sobretudo porque ela parte da premissa de que nós resolvemos uma outra que é a questão da interdisciplinaridade mesmo. Que passa um pouco pelas questões do Armando, que passa pelas preocupações da Suely, e embora o nosso esforço nessa mesa, sobretudo a da Maria Lígia e do Ricardo, é intentar nos clarear um pouco sobre os caminhos aqui, eu confesso que vejo que a gente está num dilema sobre como resguardar as nossas heranças de trabalho, de inserção profissional, de inserção de pesquisa, nossos mestrados disciplinares. Como compatibilizar isso que parece que está voltando com uma carga toda para o trabalho pessoal mesmo, de vários de nós, ou até para questiona-lo. Mas isso está voltando como

ponto da discussão e a gente está na nossa frente com o doutorado, com questões a resolver. Não necessariamente sobre o seu desempenho e seu sucesso, mas com questões de fundo a resolver. Então, eu não saio daqui com isso respondido, embora esse esforço todo. Eu acho que a estrutura vem muito depois ainda para eu conseguir responder sobre isso.

Resolver questões como essas de organização interna do doutorado, estrutura disciplinar, o que fazer com as aulas, como estabelecer que o espaço de pesquisa seja um espaço considerado de alunos para produzir projetos, quantos alunos têm que ter num seminário. Na minha turma tinha trinta, ou mais de trinta, e a coisa funcionava muito bem, sempre funcionou assim. Então, eu não sei se é isso. Se for, não é agora que eu vou descobrir se é isso mesmo. Então, a minha proposta é que a gente, que você saia daqui desse seminário e vá para a reunião que pensa o doutorado ou para o próprio conselho, dizendo que a gente saiu com muitas mais dúvidas ainda embora os colegas de fora tenham tentado contribuir com algumas reflexões valiosas sobre inserção no mundo lá fora, sobre as questões epistemológicas, acho que isso é fundamental.

TOM DWYER: Eu não estava querendo uma solução resolvida. Eu acho que é temos um problema bastante concreto, tenho que confessar que eu não sei como operacionalizar um outro formato. É isto. Então, se alguém me dá uma luz sobre isto, várias coisas podem começar a clarear. Vejo que existem dois ou três nós, na nossa estrutura de doutorado: um é a seleção, outro são as áreas, com a seleção e as áreas, dá para imaginar o que fazer. Um outro é construir um lugar de integração dos alunos e de encontro com novos temas de pensamento, um lugar que seja um espaço através do qual a turma de alunos vira algo maior de que a soma das partes. Então, essa é uma função do seminário, sua função é algo muito maior do que apenas aquilo que acontece

em sala de aula. O tipo de interação que temos entre nossos alunos, de diversas formações e interesses, também contribui a fazer que nosso doutorado seja algo diferente. Então, é um pouco isso. Talvez com trinta ou quarenta é possível, mas eu não sei.

RICARDO ABRAMOVAY: Eu não consigo entender o seguinte: nós temos um modelo extremo que é o modelo da ANPEC, uma espécie de vestibular. Após quase dois semestres é que o aluno vai escolher o seu orientador. A escolha do orientador num curso de economia é muito interessante porque ela é feita, em grande parte, a partir da necessidade que o aluno tem de planejar o seu doutorado. Isto é, o orientador de mestrado será provavelmente aquele que tem um excelente contato no exterior e que pode fazer uma carta de recomendação irrecusável para o doutorado no exterior. Não estou falando disso ingenuamente, é claro que isso é praticamente um jogo, é praticamente aberto. Isso existe em outras ciências, mas é muito forte na economia e faz parte de uma estratégia de formação.

Eu acho que a entrada por área tem um problema sério. Ela escamoteia uma questão central colocada pelo Armando, que é o seguinte: qual é o julgamento que a casa, como um todo, faz sobre a qualidade teórica dos projetos que vão ser apresentados? Quer dizer, alguém de uma área de economia urbana não pode dar palpite numa área de sociologia rural? Esta é uma lógica perigosa que não só inibe o diálogo mas bloqueia o controle da qualidade científica pelo julgamento dos pares e corre o risco de estimular maus projetos e perpetuar maus orientadores. Ou o curso se pensa do ponto de vista da sua consistência teórica e se propõe a ter uma grade de entrada cujo critério fundamental é a solidez teórica dos projetos, fazendo com que os futuros orientadores, os pretendentes a orientadores participem inclusive da elaboração dos próprios projetos ou podem-se ter coisas muito ruins porque cada área, evidentemente, passa a ser um feudo. A conclu-

são que eu tiro da discussão de hoje é que mesmo que haja uma espécie de luto pela perda dos pais fundadores do curso, é óbvio que este programa tem professores que estão entre os mais bem preparados do Brasil. E, portanto, é um programa que tem condições de se colocar do ponto de vista teórico de forma a fazer jus ao que é, ao que tem sido, às notas que ele tem,. Só que aí tem algumas coisas que me parecem relativamente simples e a questão central é essa: qual é a consistência teórica do que está se fazendo? E essa questão é muito difícil. E eu levanto a suspeita, uma suspeita cuja fundamentação empírica eu absolutamente não tenho e pode ser que seja uma suspeita totalmente infundada, mas eu levanto a suspeita que divisão por área seja uma excelente forma de você não fazer discussão teórica. Se o candidato é da área de agricultura e eu trabalho com cidade que direito eu tenho de entrar na área dele? Cada um cuida de sua área e a qualidade vai para o ralo.

EVELINA DAGNINO: Eu acho que um ganho que a gente teve hoje nessa discussão (e eu sou mais otimista do que a Rachel, talvez,) é afirmar a distinção entre dimensões de discussão que são diferentes. Eu gostei especialmente de você, Rachel, e a Leila terem um pouco tentado distinguir o que é a dimensão institucional e o que é a dimensão epistemológica. Como é que a gente entende, não meramente a distinção entre essas duas coisas, mas especialmente a tensão que se constrói entre elas. Eu acho que isso é vital, do meu ponto de vista, deveria ser uma palavra de ordem para a nossa discussão. Então, tudo isso para dizer que longe de mim embaralhar problemas conceituais (de concepção de doutorado) com problemas práticos. Dito isso, vou fazer o contrário, distinguir os dois níveis, para dizer o seguinte: para as áreas, várias delas, não todas, montarem a sua banca de seleção, sabemos disso, é um enorme sufoco! Já tivemos bancas constituídas por duas pessoas, o que é uma contradição e um absurdo inteiro. Uma

banca, pelo menos, tem que ter um número ímpar. Agora, qual é o modelo alternativo que incorporaria essa imensa diversidade teórica (e temática) e que, portanto, seria capaz de um julgamento mais criterioso, mais rigoroso? Uma banca com 50 pessoas? Uma banca com 30? Uma banca com 10? Como é que se operacionaliza isso? Já que eu estou falando, deixa eu dizer só uma coisinha a mais, que é outra palavra de ordem que eu acho que a gente deveria ter para a nossa discussão e que não foi explorada aqui hoje (e nem necessariamente teria que ter sido), e sobre a qual eu já insisti no último debate que é a distinção entre aquilo que são injunções externas ao doutorado, e aquilo que são os nossos desejos, as nossas vontades, e as nossas próprias concepções do que o doutorado deveria ser ou deixar de ser. Porque eu acho que também é necessário, da mesma forma que em relação ao que eu disse antes, distinguir essas duas coisas e entender as tensões. Dou um exemplo do que estou considerando, do que eu considero, injunção externa. Dois exemplos: um é estamos cansados de saber, as determinações das agências financiadoras, que nos dizem que nós temos que ter um programa integrado que permita a passagem automática do mestrado para o doutorado. Então, como nós não queremos... então, isso nos pira a cabeça, porque ou se faz um mestrado em ciências sociais ou se faz um doutorado disciplinar. E tem muita gente dentro desse Instituto, no meu ponto de vista, que está se subjugando passivamente a essas injunções externas.

O segundo exemplo é o problema concreto do número de alunos no seminário teórico-metodológico. Porque é que nós não podemos ter turmas de 10, 15 alunos ou qualquer número que nos parecer capaz de permitir um bom curso? Porque nós temos poucos professores. Porque nós perdemos a metade dos nossos departamentos nos últimos dez anos. E isso é, para mim, uma injunção externa. Porque nós não podemos definir o conteúdo, o sucesso, o que deve ser esse curso, sem reconhecer que nós estamos com esse limite, e sem decidir o que nós

temos que fazer com esse limite. Nos subordinar passivamente a ele, ou dizer não, assim não dá para fazer doutorado.

SUELY KOFES: A interdisciplinaridade que eu defendo é um pouco mais ampla do que a que nós temos. Mas, de qualquer maneira, eu acho que você tocou num ponto que eu queria endossar, sobre as áreas. Eu já vou sugerir ao Tom que em nossos próximos encontros discutisse exatamente essa questão das áreas. Eu, por exemplo, acho que é aí que estão vários problemas, inclusive da relação entre formação e pesquisa.

(...) Qual é o problema efetivo e prático que eu vejo, por exemplo, sobre a seleção pelas áreas? Primeiro, eu acho que ele é pouco democrático. Eu me lembro de alguns momentos na USP nos anos 70, de que só entravam nos programas de pós-graduação aquelas pessoas que já estivessem vinculadas aos projetos dos professores. Dificilmente alguém que não estivesse vinculada, entraria. Qual foi o grande salto diferenciador da Unicamp? A Unicamp teve uma entrada democrática. As pessoas entravam pela competência dos seus ensaios e de seus projetos, não pelo vínculo que já tinham com professores. Foi um grande salto da Unicamp. Agora, o que eu acho lamentável, é que a essas alturas a Unicamp vá fazer o que a USP fazia nos anos 70, e que nem a USP faz mais. Isso daí pode ter caído mas a estrutura interna do doutorado em CS, uma vez que nós continuemos a enfatizar as áreas como áreas de pesquisa e que elas continuem sendo a via de entrada no doutorado, já nos põe diante desse problema. Nós já temos esse problema na medida em que os alunos da graduação já fazem sua iniciação científica, já escolhem temas, já tem a sua orientação e já entram no mestrado com projetos, e não com ensaios, ou provas, como, por exemplo, em outros lugares. Por exemplo, porque não uma prova no mestrado? E não é uma questão se tem cinco ou se tem dez na banca, mas das condições do candidato, condições teóricas. Mas não teórico no sentido que eu estou entendendo que o Armando disse teórico, afinidade teóri-

ca, mas a qualidade de construção seja de um ensaio, seja de um projeto, seja de uma prova. E que, assim, individualmente, independente de quais vínculos e com quais projetos eu esteja vinculado, eu entre. Foi assim que a Unicamp cresceu, foi assim que novos objetos de pesquisa surgiram, novas reflexões alteraram o que era canônico.

O que é uma entrada efetivamente democrática? Eu sei que estou fazendo uma discussão complicada no momento em que se discutem várias outras coisas, mas é aquele projeto, ensaio ou prova que demonstre competência e que pode ser analisado por você, por mim. Mesmo você sendo cientista política e antropóloga, ou, sei lá, você tem certa perspectiva teórica e eu tenho outra. Não vou fazer caricatura, mas que nós duas em uma banca sejamos capazes de avaliar um projeto que esteja tratando das rotas marítimas de Bizâncio. Pela competência daquele projeto e do candidato.

RACHEL: Suely, me dá só um aparte. Esse problema não é das áreas, é das pessoas. Embora a área seja pessoas, mas não é...

MARIA LÍGIA: Claro, mas aí é uma questão de comportamento e de ética na hora de uma seleção. Não mas não é das áreas, mas de quem está fazendo a seleção. Tem essa ética de uma seleção, não estou falando da questão moral, pessoal, que até alguém poderia dizer, mas essa ética da seleção é algo que não depende da área, mas ela pode conviver com isso.

SUELY KOFES: Mas ela tem uma dinâmica que é da organização do trabalho, da ocupação da área.

TOM DWYER: Obviamente temos uma questão de diagnóstico aqui, ou seja, eu acho que as três têm razão, mas tudo depende do ponto do qual está olhando. Alguns colegas meus criticam a seleção, dizem que

ela já age como seleção individual, onde o professor seleciona o seu aluno. Ou seja, que já temos na prática o sistema USP que está sendo criticado aqui. Não acredito que seja uma prática nas boas áreas, é um tópico para discussão.

A gente volta sempre a três nós administrativos: organização em áreas; processo de seleção; seminário; e há um quarto item – a qual sempre voltamos – e é uma questão sempre meio ofuscada: ser disciplinar ou interdisciplinar? (Faço a hipótese de que)... na definição e na resposta a esta pergunta que descobriremos como desatar os outros três nós.

Bom, agradeço a presença de todos. Vamos tentar continuar organizando esta série de debates.



À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603
Telefax 0XX (19) 3788.1589
<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>
morewa@unicamp.br

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____
We have received: _____

FALTA-NOS: _____
We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____
We are sending in exchange: _____

DATA: _____
Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.